

DESAFIOS DA REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA JURÍDICA BRASILEIRA.

Cristiane Arlinda da Cruz ; Everson Soto Silva Brugnara (MSc.)

Universidade São Judas Tadeu

Curso: Direito, campus: Butantã - e-mail institucional do orientador: everson.brugnara@ulife.com.br

Introdução

O Direito brasileiro apresenta raízes coloniais e eurocêntricas que resultaram na exclusão de autores negros da literatura jurídica. Essa exclusão, conhecida como "bolha referencial branca", perpetua um sistema racista no ensino jurídico, limitando a pluralidade e as perspectivas críticas na formação dos juristas (ALMEIDA, 2019; BRUGNARA; RIBEIRO; SILVA, 2023).

Objetivos

Geral: Analisar os impactos da exclusão de autores negros na doutrina jurídica e sua relação com o racismo estrutural.

Específicos:

- Investigar a formação histórica do Direito brasileiro.
- Identificar a predominância de autores brancos na literatura jurídica.
- Propor alternativas para uma maior representatividade no ensino jurídico.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, considerada adequada para investigar fenômenos sociais complexos (VERGARA, 2007). Trata-se de uma pesquisa descritiva, com natureza documental e bibliográfica. Questionários foram aplicados a docentes do curso de Direito para identificar os critérios de escolha de doutrinas e avaliar a percepção sobre representatividade racial. Os dados coletados foram analisados em conjunto com literatura especializada, possibilitando uma reflexão interdisciplinar sobre a exclusão de autores negros na formação jurídica (BRUGNARA; RIBEIRO; SILVA, 2023)..

Resultados

A pesquisa revelou que mais de 80% das obras indicadas por docentes de Direito são de autores brancos e masculinos, enquanto apenas 3% mencionam autores negros. Essa exclusão reflete uma herança histórica de racismo estrutural na educação jurídica brasileira, confirmando a perpetuação da "bolha referencial branca". A ausência de diversidade impacta negativamente a formação de juristas, limitando perspectivas críticas e prejudicando a prática jurídica ao desconsiderar demandas raciais e sociais (BRUGNARA; RIBEIRO; SILVA, 2023; ALMEIDA, 2019).

Conclusões

A predominância de autores brancos na literatura jurídica reforça desigualdades estruturais no ensino do Direito. A inclusão de autores negros é fundamental para democratizar o conhecimento jurídico e promover uma formação mais plural e crítica. Estudos futuros devem explorar métodos quantitativos e longitudinais para aprofundar a análise e propor estratégias mais eficazes para superar essa exclusão.

Bibliografia

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRUGNARA, Everson Soto Silva; RIBEIRO, Ítalo de Jesus; SILVA, Gabriela Santana da. A bolha referencial branca na literatura especializada jurídica. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, v. 51, n. 1, p. 493-513, 2023.
- NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- RIBEIRO, Djamilia. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2007

